

# A espiral da inflação, o déficit público e o desafio de Cambon

Mauro Santayana (\*)

É possível que, no amplo reestudo das circunstâncias da Revolução Francesa, sugerido pelo bicentenário que começa a ser comemorado, sejam examinados os problemas econômicos que, sendo sua causa, influíram em seu desenvolvimento e terminaram por impor a restauração monárquica. A crise do regime que empurrou Luís XVI e seus ministros à convocação dos Estados Gerais era, sobretudo, crise econômica. Apoiado na aristocracia indolente, cabia ao Estado sustentá-la, e sustentá-la com o déficit público. Os títulos franceses eram negociados nas praças internacionais com tanta irresponsabilidade que até mesmo a um aventureiro sem escrúpulos como Giacomo Casanova se encarregou de contratar empréstimos nos Países Baixos, em nome do governo. O Estado procurava recursos usando de todos os meios, entre eles o das loterias. O próprio e espartano veneziano (cujas memórias servem para entender a França pré-revolucionária) se fez concessionário de uma delas, patrocinada pela Escola Militar.

Não que faltassem homens competentes no comando das contas públicas. O primeiro deles foi Necker, que, se não houvesse encontrado, em seu primeiro período, a resistência de Maurepas, apoiada pela ação intrigante de Maria Antonieta, talvez houvesse obtido êxito em sua política de reforma fiscal. Deixando o governo em 1781, o rei voltou a chamá-lo sete anos mais tarde, quando o país já estava em bancarrota. Necker, estrangeiro, banqueiro profissional (caso único, naquele século, de bancário que se fez banqueiro), atua como político, aconselhando a convocação imediata dos Estados Gerais: a crise econômica reclamava solução política. É um dos articuladores, como Sieyes e Talleyrand, da manobra política que deu ao Terceiro Estado (o povo) o privilégio da dupla representação,

abrindo caminho ao processo revolucionário. Tendo deixado o governo em 1790, Necker foi, depois de curto intervalo, substituído por Cambon, que continuou a exercer paciente política antiinflacionária.

A inflação, que já era problema sério antes de 1789, tornou-se gravíssima naqueles meses e anos. Uma personalidade tão radical como nenhuma outra naquela efervescência de idéias e ação, como foi a de Saint-Just, via nela o grande perigo de que se frustrasse o generoso projeto revolucionário.

Seu discurso de 29 de novembro de 1792 — um dos primeiros que fez diante da Convenção Nacional — é de nossa atualidade. Diz em um dos trechos:

“Nossa economia está minada por excessiva emissão de papel-moeda. Se continuarmos a emitir como até agora, provocaremos seu definitivo aviltamento. Se não me engano, um artigo que hoje vale um escudo provavelmente valerá dez vezes mais em um mês. Que fará então o povo? Virá protestar sob a janela dos legisladores e a miséria, sediciosa, revoga-

rá todas as nossas leis. As rendas fixas, como as pensões, serão reduzidas a zero. Nós não poderemos honrar os nossos débitos com uma moeda privada de valor. Assim, a tirania terminará por renascer, em seguida a comoção popular. Tudo se reduz, neste momento, a fazer com que não aumente o papel-moeda, que o produtor venda o seu próprio grão, que o governo organize celeiros de reserva, preparando-se para os momentos mais calamitosos, e que o déficit público seja reduzido”.

Todos conhecemos os acontecimentos que se seguiram. Em 9 de Thermidor, o que acende a palha da reação conservadora, levando Robespierre e Saint-Just à guilhotina, é a política econômica. Entre todas as circunstâncias atualíssimas daqueles dias, quando, livre da presença forte de Danton, Robespierre conspira para fazer-se ditador, havia pequena malandragem, a de seu irmão Augustin, que se metera na especulação com títulos públicos. Esta circunstância, tão menor na aparência, daria a Cambon força para levantar-se

contra o “incorrupível” e tocar a ferida com a ponta da unha:

“Robespierre critica a lei de 23 de Floreal. E, bem, eu declaro que só os agiotas têm interesse em atacar esta disposição”. A lei de 23 de Floreal, elaborada por Cambon, que era o responsável pelas finanças do Estado, reduzia a taxa de juro a fim de combater a inflação, e prejudicava os negócios atribuídos ao irmão mais jovem de Robespierre. O “incorrupível” titubeia, faz assustada defesa: “Eu só pensei em criticar certas idéias de Cambon não muito favoráveis à Revolução. É a minha opinião. Ousei expressá-la e creio que isto não seja um delito”.

Robespierre se havia esquecido da lição de Danton, que ele enviara semanas antes ao patíbulo, de que a primeira lei do poder é a audácia — e desceu da tribuna cabisbaixo, para subir ao cadafalso.

Cambon conseguiu administrar a bancarrota, até o Diretório. E, durante o Diretório, ocorreu a imposição da necessária verdade: o governo não tinha a possibilidade material de impri-

mir o dinheiro do dia seguinte. Quando começava a circular, não pagava sequer o preço do papel em que era estampado. No início de 1796, Talleyrand lembrava que o valor do papel-moeda está indissoluvelmente associado à confiança de quem o emite. “A França não morreu” com a queda da confiança na moeda — diz Talleyrand. E completa: “O numerário (isto é, o metal amodado) da França não caiu no fundo do abismo. Tudo aquilo que o medo escondeu deverá reaparecer quando não houver mais medo; tudo aquilo que foi levado aos países estrangeiros retornará, porque na França já se pode ser rico e empreendedor, sem o risco de subir à força. Para obter tal resultado, basta uma coisa: a confiança”.

Em fevereiro de 1796, o Diretório desistiu de emitir papel-moeda, recorrendo aos impostos progressivos, aos chamados “mandatos territoriais” e ao empréstimo compulsório, sem resultados. A partir de julho do mesmo ano voltou a circular o “numerário”, ou seja, as moedas metálicas e, com dinheiro sólido em

que confiar, as atividades econômicas foram retomadas.

Hoje são muito mais complicadas as relações entre o Estado e a economia. A inflação não é fenômeno apenas nacional, e não bastam decretos para conter as taxas de juro, quando o maior tomador do mundo, o Tesouro norte-americano, pode elevar, como já elevou, a “prime rate” a quase duas vezes a taxa que a nossa antiga (quem a revogou, a propósito?) lei de usura fixava. Como observa Galbraith, com tais taxas de juro é impossível manter a inflação anual em uma só cifra. Duas cifras de inflação na área central da economia do mundo provocam inflação de três cifras na periferia do sistema.

Não podemos esperar, no entanto, que se resolvam os problemas da economia norte-americana. São necessárias medidas corajosas para que se restabeleça a confiança no dinheiro. E se voltássemos ao metal, como aconselham alguns economistas? Seria pelo menos mais prático.

(\*) Jornalista e escritor.